



PARTE B

COMISSÃO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Despacho n.º 4169/2014

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 22.º da Lei n.º 43/2004, de 18 de agosto, com base no parecer favorável da Comissão Nacional de Proteção de Dados de 17 de setembro de 2013, nomeio a Assessora

Principal Isabel Cristina Cerqueira da Cruz para o cargo de Secretária da Comissão Nacional de Proteção de Dados, com efeitos reportados a 1 de outubro de 2013, data em que cessou a comissão de serviço como Secretária.

13 de março de 2014. — A Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados, *Filipa Calvão*.

207688962



PARTE C

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Conselho de Ministros

Resolução n.º 9/2014

Nos termos do disposto nos artigos 5.º e 13.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, conjugados com o n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, resulta que os membros do conselho diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P. (INMLCF, I.P.), são designados por resolução do Conselho de Ministros, quando a escolha recaia em professores universitários de medicina legal ou de outras ciências forenses, ou diretores de serviços médicos, sob proposta dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da justiça pelo mandato de três anos, renovável até ao máximo de três renovações consecutivas.

Atendendo a que se encontram vagos os lugares de vice-presidente e de vogais do conselho diretivo do INMLCF, I.P., torna-se necessário proceder à designação de três dos membros deste órgão diretivo.

A remuneração dos membros do conselho diretivo do INMLCF, I.P., obedece à classificação emergente da Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2012, de 15 de março, com os limites constantes da Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro.

Foi ouvida, nos termos do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, e do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre as designações constantes da presente resolução.

Assim:

Nos termos do artigo 5.º e do n.º 2 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 166/2012, de 31 de julho, do n.º 3 do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e da alínea *d*) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve:

1—Designar, sob proposta da Ministra de Estado e das Finanças e da Ministra da Justiça, João Emanuel Santos Pinheiro, Mário João Rodrigues Dias e Rui António da Cruz de Vasconcelos Guimarães, respetivamente, para os cargos de vice-presidente e de vogais do conselho diretivo do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I.P., cujo perfil, formação e experiência adequados ao exercício das funções são evidenciados nas respetivas sinopses curriculares que constam do anexo à presente resolução e da qual fazem parte integrante.

2—Estabelecer que os designados exercem por inerência, respetivamente, as funções de diretor da delegação do Centro, do Sul e do Norte.

3—Determinar que a presente resolução produz efeitos a 1 de março de 2014.

27 de fevereiro de 2014. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*.

ANEXO

Nota Curricular

João Emanuel Santos Pinheiro

Licenciado em Medicina e Mestre (Saúde Ocupacional) pela Universidade de Coimbra

Especialista em Medicina Legal pela Ordem dos Médicos, assistente graduado com o grau de consultor em Medicina Legal e habilitado com a Competência em Peritagem Médica da Segurança Social e de Avaliação do Dano Corporal pela Ordem dos Médicos.

Professor Associado da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra, titular da disciplina Anatomia de todos os cursos. Foi Monitor de Anatomia da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra.

Habilitado com os Cursos de Pós-Graduação em Medicina Legal Social e do Trabalho, de Peritagem Médico-Legal no âmbito da Reparação do Dano Pós Traumático e com o Curso Superior de Medicina Legal, todos do Instituto de Medicina Legal de Coimbra (IMLC).

Diretor do Serviço de Tanatologia Forense da Delegação de Coimbra do Instituto Nacional de Medicina Legal (INML), antes Coordenador do mesmo Serviço de Tanatologia Forense.

Diretor do Internato Complementar de Medicina Legal e orientador do Internato Complementar de Medicina Legal da Delegação de Coimbra do INML.

Carreira pericial de mais de 23 anos como médico do Quadro do IMLC, depois Delegação de Coimbra do INML, finalmente Delegação do Centro do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF) e como perito contratado em regime de avença nos Gabinetes Médico-Legais (GML) de Torres Vedras, Aveiro e Leiria e nas comarcas de Leiria, Figueira da Foz, Soure e Montemor-o-Velho, tendo integrado ainda a escala do Serviço de Urgência Médico-legal do IMLC e do INML, Delegação do Centro.

Ao longo desta carreira realizou mais de 3300 perícias na área de Patologia e Antropologia Forenses e de 7300 na de Clínica Médico-legal, sobretudo em Direito Penal.

Foi o primeiro perito português a participar em missões internacionais de exumações e documentação de crimes contra a Humanidade no Kosovo e Bósnia sob os auspícios das Nações Unidas. Participou ainda numa missão na Colômbia sobre a égide da Organização dos Estados Americanos.

Fez consultadoria técnica e atividade pericial complexa nos GML de Leiria, Viseu e Figueira da Foz.

Durante 6 anos exerceu Coordenação Técnica de Tanatologia do GML de Leiria com supervisão científica de todos os relatórios de patologia forense saídos nesse período num total superior a 1200.

Exerceu funções de consultadoria técnica médico-legal e pareceres num total de 73, alguns dos quais processos de inquérito e de averiguações, outros com fins legislativos ou para o Governo.

Participou e integrou diversas Comissões e Grupos de Trabalho nacionais e internacionais durante a sua carreira médico-legal, tendo igualmente participado em júris de concursos.

Foi professor dos Mestrados e Cursos Superiores de Medicina Legal em Coimbra, nos Açores (Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), no Porto e em Lisboa, do European Post Graduate Diploma in Forensic